

O Impacto da automedicação na saúde coletiva uma revisão da literatura

Kaue Negrão Silva, Enfermagem, Centro universitário Integrado, Brasil

E-mail: kaueiretama@gmail.com

Lucas Gabriel dos Santos Martins, Enfermagem, Centro universitário Integrado, Brasil

E-mail: lucasga2246cn@gmail.com

Eranea Janaina, Enfermagem, Centro universitário Integrado, Brasil,

E-mail: Janaína.cichoski@grupointegrado.br

Resumo: A automedicação, definida como o uso de medicamentos sem prescrição ou orientação de profissional habilitado, representa um desafio significativo à saúde pública. No Brasil, essa prática é favorecida por fatores como o fácil acesso a fármacos, demora no atendimento médico, crenças populares e desinformação, sendo observada até mesmo entre estudantes e profissionais da saúde. Este estudo, por meio de uma revisão integrativa da literatura, teve como objetivo analisar os impactos da automedicação na saúde pública, destacando riscos como intoxicações, reações adversas, resistência bacteriana e sobrecarga do sistema de saúde. Foram consultadas as bases SCIELO E BVS, com critérios de inclusão definidos entre 2020 e 2025. Os resultados indicam a urgência de estratégias de intervenção, como ações educativas, fortalecimento do letramento em saúde, regulação da venda de medicamentos e atuação de enfermeiros e farmacêuticos na orientação da população. Conclui-se que o enfrentamento da automedicação exige uma abordagem multidisciplinar e políticas públicas eficazes que promovam o uso racional de medicamentos e a proteção à saúde coletiva.

Palavras chaves: Medicação, saúde pública, automedicação, intoxicação, interação medicamentosa.

Resumo em ingles: Self-medication, defined as the use of medications without a prescription or guidance from a qualified professional, represents a significant public health challenge. In Brazil, this practice is encouraged by factors such as easy access to drugs, delays in medical care, popular beliefs, and misinformation, being observed even among students and healthcare professionals. This study, through an integrative literature review, aimed to analyze the impacts of self-medication on public health, highlighting risks such as intoxications, adverse reactions, bacterial resistance, and the overload of the healthcare system. The SCIELO and BVS databases were consulted, with inclusion criteria defined between 2019 and 2025. The results indicate the urgency of intervention strategies, such as educational actions, strengthening health literacy, regulating drug sales, and the role of nurses and pharmacists in guiding the population. It is concluded that addressing self-medication requires a multidisciplinary approach and effective public policies that promote the rational use of medicines and the protection of collective health.

Keywords: Medication, public health, self-medication, intoxication, drug interaction.

INTRODUÇÃO

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), a automedicação é a seleção e uso de medicamentos para tratar sintomas e doenças autorreferidas sem o aconselhamento do profissional de saúde qualificado para determinada função, compreendendo a etapa do autocuidado. (MEDEIROS, et al, 2022).

A automedicação é um problema de saúde pública visto que afeta milhões de pessoas pelo mundo, no Brasil estudos mostram que a automedicação é uma prática comum, especialmente entre os jovens e idosos visto que no Brasil a fiscalização sobre a retenção de receitas e de certo modo falha, além disso a automedicação pode acarretar consequências graves como desenvolvimento de resistência bacteriana, aumento do risco de reações adversas, interação medicamentosa, aumento dos custos para gestão de saúde pública e outros diversos fatores decorrentes. Laisma et al (2024)

Os principais fármacos envolvidos são os analgésicos, antitérmicos e anti-inflamatórios, considerados pelos usuários como "seguros" por serem de uso comum e fácil acesso, o que evidencia a banalização do consumo de medicamentos no país (Lacerda et al., 2022).

A prática da automedicação atinge diferentes perfis populacionais, incluindo adultos, idosos, adolescentes e até mesmo crianças, cujos responsáveis administram medicamentos sem consulta médica. Em estudos com estudantes da área da saúde, constatou-se que muitos realizam automedicação mesmo possuindo conhecimento técnico, o que demonstra a complexidade do fenômeno e a influência de fatores comportamentais e emocionais na tomada de decisão (Medeiros et al., 2022).

Um dos aspectos mais preocupantes relacionados à automedicação é o uso indiscriminado de antibióticos, o qual tem contribuído significativamente para o aumento da resistência bacteriana. A Organização Mundial da Saúde já reconheceu a resistência antimicrobiana como uma das maiores ameaças à saúde global, sendo impulsionada, principalmente, pelo uso inadequado desses medicamentos, sem diagnóstico ou indicação clínica precisa Silva et al (2022)

Além do uso de fármacos industrializados, a automedicação também inclui o consumo de plantas medicinais sem orientação profissional. Pacientes em tratamento quimioterápico, por exemplo, frequentemente recorrem a fitoterápicos acreditando em seus benefícios naturais, sem considerar as possíveis interações medicamentosas e a redução da eficácia dos tratamentos convencionais. Isso reforça a necessidade de uma abordagem educativa e farmacêutica ativa nesse contexto (Lemos et al., 2023).

Outro fator que favorece a automedicação é a manutenção de "farmácias caseiras", ou seja, estoques domésticos de medicamentos vencidos, mal armazenados ou sem identificação. Essas práticas aumentam o risco de intoxicações, uso incorreto de medicamentos e compartilhamento inadequado entre membros da família, contribuindo para a perpetuação de erros de medicação e uso irracional de fármacos (Souza et al., 2023).

A desinformação e a influência de notícias falsas, especialmente durante a pandemia de COVID-19, agravaram ainda mais a situação. O uso massivo de medicamentos como ivermectina, hidroxicloroquina e azitromicina sem

comprovação científica de eficácia e segurança foi amplamente incentivado por canais de comunicação e líderes políticos, gerando um cenário de uso irracional, com consequências ainda em avaliação pelas autoridades de saúde (Warpechowski, 2022).

METODOLOGIA

O presente estudo a ser apresentado trata-se uma revisão integrativa de literatura sobre fatores correlacionados a automedicação buscando compreender fatores predisponentes, riscos e consequência para a saúde pública. Este estudo foi realizado através de cinco métodos: Identificação da questão do estudo; Busca em literaturas; Avaliação dos dados; Análise de apresentação dos resultados relevantes; Discussão da literatura. Revisões integrativas da literatura são revisões sintetizadas dos estudos já realizados em particular na área de conhecimento. Trata-se de um método de pesquisa relevante, pois permite a síntese e conclusões gerais do estado do conhecimento, além de possibilitar suporte para a tomada de decisão e a melhoria da prática clínica, apontando as possíveis lacunas que implicam na realização de novos estudos na área temática em questão. A busca dos estudos foi realizada nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), por serem plataformas amplamente utilizadas em pesquisas na área da saúde e de fácil acesso a textos completos.

Foram utilizados como descritores controlados, conforme o DeCS (Descritores em Ciências da Saúde), os seguintes termos:

“Medicação”, “Saúde Pública”, “Automedicação”, “Intoxicação” e “Interação Medicamentosa”.

Após criteriosa busca foram encontrados 24 artigos que compuseram a amostra final, obedecendo aos critérios de inclusão estabelecidos. Os estudos foram analisados de forma descritiva e interpretativa, considerando Autores e ano de publicação, Tipo de estudo Objetivos, Principais resultados e conclusões sobre a automedicação. seguintes critérios de inclusão, publicados entre os anos de 2020 e 2025, Disponíveis na íntegra e em português; Estudos originais ou revisões que abordassem diretamente a temática da automedicação, trabalhos de natureza descritiva, revisão sistemática ou revisão bibliográfica, bem como protocolos do Ministério da saúde que atendessem nossa busca. Foram excluídas Publicações anteriores a 2020; Trabalhos duplicados Teses e dissertações, Pesquisas que não apresentassem relação direta com o tema proposto.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados os artigos apresentados na Tabela 1, que contempla autores, ano, objetivo, tipo de estudo, descritores e principais resultados.

RESULTADOS DOS ARTIGOS SELECIONADOS

Tabela 1: tabela tipo descritiva.

Nº	Autores	Ano de Publicação	Tipo de estudo	Título	Objetivo/Questão de Investigação	Resultados
1	ALCÂNTARA, F, C,K, V, M.	2020	Estudo observacional transversal, de abordagem quantitativa e descritiva	Conhecimento da pessoa com transtornos mentais sobre o tratamento medicamentoso	Identificar o conhecimento de pessoas com transtornos mentais sobre o tratamento medicamentoso realizado nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) de Curitiba-PR	A maioria dos 300 participantes apresentou conhecimento insuficiente sobre o nome (64%), dose (91,9%) e frequência (82,6%) dos medicamentos utilizados. O baixo nível de conhecimento associou-se à idade avançada, depressão, autoadministração, consumo de álcool e uso de múltiplos fármacos, indicando obstáculos à adesão e ao uso seguro dos medicamentos.
2	ANDRADE	2021	Revisão teórica e reflexiva (artigo de revisão narrativa)	O papel das revisões de literatura na produção e síntese do conhecimento científico em Psicologia	Analisar a importância e as funções das revisões de literatura na Psicologia, destacando seu papel na produção, sistematização e síntese do conhecimento científico e na orientação de novas pesquisas.	As revisões de literatura fortalecem o conhecimento científico, ajudam a identificar lacunas de pesquisa e aumentam a qualidade e a credibilidade dos estudos em Psicologia
3	ARAÚJO, B. F. de; PASSOS, M. A. N..	2023	Revisão bibliográfica	A prevalência e motivação da prática da automedicação na sociedade e o papel da enfermagem	Compreender os motivos da prática da automedicação e analisar sua prevalência, juntamente com o papel da enfermagem	Mais comum entre mulheres e pessoas de baixa renda; fatores motivadores: estoque domiciliar, autocuidado, falta de tempo; pandemia elevou o uso de ivermectina e hidroxiquina.

4	BATISTA, C, S.	2024	Estudo descritivo e transversal, com abordagem quantitativa	Automedicação e análise do conhecimento de alunos de um colégio do Rio de Janeiro/RJ	Analisar o conhecimento e as práticas de automedicação entre estudantes de um colégio do Rio de Janeiro	A maioria pratica automedicação por influência familiar e fácil acesso a medicamentos; há pouco conhecimento sobre riscos, indicando necessidade de ações educativas
5	BATISTA, G,W, J, G.	2021	Estudo epidemiológico, transversal e quantitativo	Automedicação e Saúde Pública: dimensionamento dos fatores de risco e comportamentos de saúde	Caracterizar a prática da automedicação na população adulta e investigar fatores de risco e comportamentos de saúde relacionados	42,83% relataram automedicação; principais fatores associados foram dor, enxaqueca, influência familiar, não leitura da bula e ausência de lazer; destaca-se a necessidade de educação em saúde e uso racional de medicamentos
6	CARACCI, L,P	2021	Revisão de literatura / estudos in vitro	Automedicação para clareamento dental: quais são seus riscos?	Alertar sobre os riscos da automedicação com clareadores dentais (peróxido de hidrogênio, carvão ativado, bicarbonato), avaliando seus efeitos adversos.	Produtos clareadores caseiros causam abrasão do esmalte, desmineralização, hipersensibilidade, microlesões e risco potencial carcinogênico. Enxaguantes clareadores com baixo pH apresentaram erosão dental. Carvão ativado associado a abrasão, desgaste de restaurações e sensibilidade.
7	CECILIO, V, S, C, C, S, T, R	2024	Estudo transversal quantitativo	Impacto da Covid-19 na prática de automedicação em estudantes universitários	Estimar prevalência e fatores associados à automedicação entre universitários durante a pandemia da Covid-19.	67,3% relataram automedicação; 28,7% aumentaram a prática durante a pandemia e 30,9% iniciaram nesse período. Associação com indicação de medicamentos para terceiros e autopercepção de capacidade para automedicar-se.

8	FRANÇA, L, O, S, F, S, G,C	2021	Pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa	O uso da Fitoterapia e suas implicações / The use of herbal medicine and its implications	Investigar o conhecimento da comunidade da Universidade Federal da Paraíba sobre o uso da fitoterapia e suas implicações	A maioria apresentou conhecimento equivocado sobre fitoterapia, confundindo plantas medicinais e fitoterápicos; 20–30% acreditam que plantas não possuem substâncias ativas e 10–20% que não causam efeitos colaterais; cerca de 50% afirmaram que podem ser usadas junto a outras terapias e em gestantes, idosos e crianças; conclui-se que há necessidade de maior educação sobre o uso seguro da fitoterapia
9	LAISMAN, C, B, R, L S.	2024	Estudo documental comparativo	Mapeamento das evidências de medicamentos isentos de prescrição registrados no Brasil: análise comparativa segundo método Grade	Analisar perfil farmacológico, riscos e qualidade da evidência dos medicamentos isentos de prescrição (MIP) no Brasil.	Evidências apontam fragilidades na segurança e eficácia de diversos MIPs; análise pelo método GRADE indicou baixo nível de evidência para muitas indicações, sugerindo necessidade de revisão regulatória.
10	LACERDA, B, D	2021	Estudo descritivo / transversal	Acesso da população a medicamentos durante a pandemia do novo coronavírus	Avaliar o acesso da população a medicamentos na pandemia e o uso de Cloroquina, Hidroxicloroquina e Ivermectina para prevenção e tratamento da COVID-19	55,2% não tiveram acesso prejudicado; 46,2% usaram “promessas terapêuticas” para tratamento; uso preventivo foi raro.
11	MARTINS, F, L, S	2025	Revisão narrativa de abordagem qualitativa e bibliográfica.	Os riscos da automedicação com medicamentos isentos de prescrição: um problema de saúde pública	Analisar os riscos relacionados ao consumo de medicamentos de venda livre e discutir suas consequências para a saúde pública.	O estudo aponta que o uso de fármacos sem prescrição, motivado pelo fácil acesso e pela falta de informação, causa reações adversas, intoxicações e resistência medicamentosa. Destaca ainda a

						necessidade de campanhas educativas e maior rigor na regulação para promover o uso consciente e seguro dos medicamentos.
12	MEDEIROS, A.B.	2022	Revisão sistemática	A automedicação em estudantes de medicina: uma revisão sistemática	Realizar uma revisão sistemática sobre a prevalência da automedicação em estudantes de medicina, identificando sintomas que motivam a prática, principais medicamentos utilizados e efeitos adversos	Alta prevalência, sobretudo entre mulheres jovens; sintomas mais comuns: cefaleia e gripe; uso de analgésicos e anti-inflamatórios; efeitos adversos como náuseas e tontura; prática aumenta ao longo do curso
13	MENDONÇA, R. C. G.	2022	Pesquisa-exploratória, com abordagem qualitativa	Conhecimento popular e automedicação com plantas medicinais em gestantes de um município do Nordeste brasileiro	Avaliar o conhecimento popular e a automedicação com plantas medicinais entre gestantes de Juazeiro do Norte (CE)	97,6% das gestantes utilizavam plantas medicinais, principalmente por influência cultural e familiar; acreditavam que, por serem naturais, não oferecem riscos; camomila e erva-cidreira foram as mais usadas; destaca-se o risco fetal e a necessidade de educação terapêutica e orientação profissional
14	OLIVEIRA	2021	Revisão integrativa de literatura	Automedicação e o risco à saúde: uma revisão de literatura	Analisar a prática da automedicação na sociedade brasileira e compreender seus riscos e complicações mais frequentes	A automedicação é prevalente entre jovens, universitários e mulheres; principais causas são fácil acesso e influência familiar; riscos incluem reações adversas, intoxicações e até óbito; políticas públicas vêm

SIMPAR

Simpósio de Pesquisa, Extensão e Inovação do Paraná

Realização



Núcleo de
Empreendedorismo,
Pesquisa e Extensão
Integrado

Apoio



FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

						reduzindo a prática entre idosos
15	PEREIRA, J, S, A, C.	2023	Estudo transversal descritivo	A perspectiva do consumo de plantas medicinais por pacientes idosos em tratamento quimioterápico	Avaliar a prática da automedicação em acadêmicos da área da saúde, identificando medicamentos mais usados, motivos e frequência da prática.	Alta prevalência de automedicação entre acadêmicos. Analgésicos e anti-inflamatórios foram os mais usados. Motivos: dor, sintomas gripais e praticidade. Mesmo reconhecendo riscos, estudantes mantêm o hábito.
16	PIANÇA, S, M	2023	Estudo transversal	Automedicação em adultos paranaenses durante a pandemia da COVID-19	Investigar a prática de automedicação entre adultos do Paraná durante a pandemia de COVID-19.	Prevalência elevada de automedicação; medicamentos mais usados utilizados foram analgésicos e anti-inflamatórios. Motivos: sintomas gripais e acesso limitado a serviços de saúde. Entrevistados reconhecem os riscos.
17	REZENDE, P	2025	Revisão bibliográfica a narrativa de natureza qualitativa.	Automedicação e seus impactos na saúde pública do Brasil	Analisar a prevalência da automedicação no Brasil e seus impactos na saúde pública.	A automedicação é frequente, especialmente entre mulheres, idosos e estudantes. Os medicamentos mais usados são analgésicos e antipiréticos, podendo causar intoxicações, resistência bacteriana e mascarar doenças.

18	SILVA, D, N, O	2025	Revisão bibliográfica qualitativa e descritiva	Impacto da automedicação na Saúde Pública: Educação como meio de promoção ao uso racional de medicamentos	Compreender os impactos da automedicação na saúde pública, identificando riscos, causas e consequências para os indivíduos e para o sistema de saúde.	A automedicação está relacionada ao fácil acesso a medicamentos, falta de informação e busca por alívio rápido, ocasionando resistência bacteriana, intoxicações e aumento das hospitalizações, o que sobrecarrega o sistema público de saúde e exige políticas de conscientização e uso racional de medicamentos
19	Silva, L, O, A.	2022	Estudo transversal, observacional, de abordagem quantitativa.	Aspectos relacionados ao letramento em saúde, autocuidado e adesão ao tratamento de pessoas vivendo com HIV	Verificar a relação entre o nível de letramento em saúde, a adesão à terapia antirretroviral e o autocuidado de pessoas que vivem com HIV.	Participaram 303 pessoas atendidas em três serviços especializados de Pernambuco. Identificou-se que 52,5% apresentavam letramento satisfatório, 62,9% ótimo autocuidado e 57,1% adesão estrita à terapia. O baixo nível de letramento foi associado a menor adesão e autocuidado, especialmente entre mulheres, pessoas com baixa escolaridade e renda, destacando a importância da educação em saúde e da redução das desigualdades sociais

20	SILVA, S..	2022	Estudo transversal / análise de dados secundários (DATASUS)	Polifarmácia, automedicação e uso de medicamentos potencialmente inapropriados: causa de intoxicações em idosos	Ampliar o conhecimento sobre o impacto do uso de medicamentos pela população idosa, analisando dados de intoxicações no DATASUS.	Entre 2010 e 2020, ocorreram 2.946 internações de idosos por intoxicação farmacológica. Principais classes envolvidas: anticonvulsivantes, sedativos, hipnóticos e antiparkinsonianos. Região Sudeste foi a mais afetada. Aponta necessidade de farmacovigilância.
21	SOUZA, L, S, G.	2024	Estudo transversal	Uso de analgésicos não opioides entre estudantes de Enfermagem no Amazonas, Brasil	Estimar prevalência do uso de analgésicos não opioides entre estudantes de Enfermagem.	68,3% relataram uso de analgésicos, principalmente para cefaleia e dor abdominal; mais da metade consumiu por conta própria e indicou a terceiros, indicando prática disseminada e pouco racional.
22	SOUZA, P, S, J, M..	2023	Pesquisa de campo descritiva	Automedicação dentro da comunidade escolar da Escola Técnica Estadual Sylvio de Mattos Carvalho	Conscientizar a comunidade escolar sobre os riscos e consequências da automedicação, pesquisando a prática, a proporção e os motivos para sua ocorrência, além de elaborar material educativo para reduzir a incidência do hábito	A maioria dos participantes faz uso de medicamentos sem prescrição médica, mesmo conhecendo a definição e alguns riscos da automedicação. O principal motivo é o alívio rápido dos sintomas e a crença de já saber o diagnóstico. Apesar de informados sobre os perigos, apenas 38,3% afirmaram que pretendem mudar o...
23	SOUZA, S, A, O, A, B, V.	2023	Estudo transversal quantitativo	Uso de substâncias psicoativas e rendimento acadêmico de universitários da área da saúde	Identificar as substâncias psicoativas mais usadas por estudantes da saúde e analisar sua relação com o rendimento acadêmico.	Entre 115 estudantes, 56% usaram analgésicos, 47% álcool e 12,2% maconha. Não houve associação estatística significativa entre uso de drogas e desempenho acadêmico, mas parte dos usuários relatou

						desempenho ruim ou regular.
24	WARPEC HOWSKI	2022	Relato de caso clínico	Agravação de psoríase após automedicação o por suspeita de COVID-19: desafio terapêutico	Relatar um caso de agravamento de psoríase após automedicação por suspeita de COVID-19 e revisar a literatura sobre o tema	Caso clínico com piora após hidroxicloroquina, ivermectina e prednisona; metotrexato causou toxicidade hepática; melhora com risanquizumabe.

Fonte: Autores 2025

A Organização Mundial da Saúde compreende a automedicação como o ato de o próprio indivíduo recorrer a medicamentos sem orientação profissional, buscando aliviar sintomas que ele mesmo reconhece em seu corpo. A prática da automedicação é algo muito comum entre a população brasileira e pode trazer sérios riscos e problemas à saúde individual e coletiva, gerando sobrecarga nos serviços públicos. O uso indiscriminado de medicamentos, sem prescrição médica, acarreta intoxicações, resistência bacteriana e agravamento de doenças pré-existentes, sendo necessária maior conscientização da população sobre os riscos dessa conduta (Lacerda; Barbosa; Dourado, 2021).

Essa prática é amplamente difundida entre os brasileiros e reflete um comportamento social consolidado, resultado da junção entre fácil acesso aos medicamentos, influência cultural e ausência de orientação profissional. A automedicação está inserida na cultura popular brasileira, marcada por crenças e práticas de uso de remédios caseiros, o que contribui para a naturalização desse comportamento. Muitas vezes, é vista como uma forma legítima de autocuidado, embora represente sérios riscos à saúde (Silva et al., 2022).

A acessibilidade aos medicamentos, tanto pelo baixo custo quanto pela facilidade de compra em farmácias e mercados, é um fator determinante para o avanço da automedicação. Essa disponibilidade, associada à desinformação sobre o uso racional de fármacos, estimula o consumo descontrolado, especialmente entre populações com menor nível de escolaridade e menor acesso a serviços de saúde (Caracci; Lins; Portero, 2021).

Outro ponto relevante é o controle insuficiente na venda de medicamentos e a falta de fiscalização por parte de órgãos competentes, como a Agência Nacional de

Vigilância Sanitária (ANVISA). Essa ausência de regulação torna o cenário ainda mais preocupante, pois facilita o uso contínuo e indevido de substâncias que deveriam ser administradas apenas sob prescrição médica (Pereira et al., 2023).

O acesso irrestrito aos fármacos é um dos principais fatores que alimentam o comportamento de automedicação, agravando problemas como resistência bacteriana e intoxicações. Além disso, o uso frequente de medicamentos sem avaliação médica pode mascarar sintomas de doenças graves, retardando o diagnóstico e o tratamento adequado (França et al., 2021).

A automedicação não afeta apenas o indivíduo, mas também a saúde pública, já que o aumento dos casos de intoxicação e resistência medicamentosa gera uma sobrecarga no sistema de saúde. O crescimento das internações evitáveis e da procura por atendimentos de urgência compromete os recursos públicos, que poderiam ser destinados a pacientes em condições mais graves (Medeiros; Araújo; Gomez, 2022).

Essa prática também reflete desigualdades sociais e limitações do sistema público de saúde. Muitas pessoas recorrem à automedicação como solução rápida para aliviar sintomas, diante das dificuldades de acesso aos serviços médicos. Entretanto, essa conduta pode gerar agravamento de doenças e aumento da resistência antimicrobiana, constituindo um problema coletivo (Souza et al., 2024).

A falta de políticas eficazes de fiscalização e a carência de campanhas educativas sobre o uso racional de medicamentos contribuem para o crescimento desse comportamento. É fundamental promover ações de conscientização que orientem a população sobre os riscos e consequências da automedicação, especialmente nas comunidades mais vulneráveis (Araújo; Passos, 2023).

A literatura científica aponta ainda que a automedicação se mantém como prática recorrente em diversos grupos etários, inclusive entre universitários e profissionais da área da saúde. A crença de possuir conhecimento suficiente para prescrever medicamentos reforça a autoconfiança equivocada e aumenta o risco de complicações (De Oliveira, 2021).

Estudos demonstram que a automedicação é influenciada pela publicidade farmacêutica, pela falta de atendimento rápido nos serviços de saúde e pela facilidade de acesso a medicamentos isentos de prescrição. Esse conjunto de fatores contribui para o fortalecimento do comportamento de autossuficiência terapêutica entre os brasileiros (Batista et al., 2021).

O uso irracional de medicamentos compromete a eficácia de tratamentos e eleva os custos do sistema público. Além disso, pode provocar interações medicamentosas e efeitos adversos que comprometem a segurança do paciente. Nesse contexto, é urgente que o poder público e as instituições de saúde promovam campanhas voltadas à educação farmacológica (Alcântara et al., 2020).

O uso de plantas medicinais também é uma forma de automedicação, bastante comum entre populações com acesso restrito a serviços de saúde. Embora muitos desses produtos possuam propriedades terapêuticas reconhecidas, seu uso sem acompanhamento profissional pode gerar intoxicações e efeitos indesejados (Mendonça et al., 2022).

Durante a pandemia da COVID-19, observou-se um aumento significativo na automedicação, motivado pelo medo da infecção e pela busca por soluções rápidas

para o alívio de sintomas gripais. Esse comportamento reforçou a necessidade de campanhas educativas que abordem o uso racional de medicamentos e o papel da equipe de saúde na orientação da população (Pianca; Silva; Marques, 2023). A automedicação, portanto, é um fenômeno multifatorial e cultural, sustentado pela tradição, pela publicidade e pela fragilidade do sistema de saúde. Cabe aos profissionais da enfermagem e da atenção básica atuar como agentes de prevenção, promovendo o uso racional de medicamentos e o fortalecimento da consciência crítica sobre o autocuidado (Cecilio et al., 2024).

Fatores associados ao uso e irracional da automedicação

Nota-se que vários fatores levam a população a cometer a prática da automedicação. Entre esses fatores, observa-se que a influência dos meios de comunicação é um dos elementos de maior relevância, já que nem sempre abordam de forma completa os possíveis efeitos colaterais que a medicação pode causar quando utilizada inadequadamente (Lacerda; Barbosa; Dourado, 2021). Outro fator é o sentido de autocuidado, que faz com que as pessoas recorram a essa prática, somado à facilidade de acesso aos medicamentos em casa, tornando a automedicação ainda mais comum (Silva et al., 2022). Muitas vezes, a escolha do medicamento é motivada por relatos de parentes ou amigos que obtiveram bons resultados em tratamentos anteriores (Caracci; Lins; Portero, 2021).

O hábito de se automedicar pode começar ainda na adolescência, influenciado pelo ambiente familiar e escolar, consolidando-se como comportamento de risco ao longo da vida (Pereira et al., 2023). O uso repetitivo e sem orientação pode gerar dependência psicológica, levando o indivíduo a recorrer a medicamentos como primeira alternativa diante de qualquer desconforto, sem considerar a necessidade de avaliação médica (França et al., 2021).

O uso inadequado também está relacionado a complicações específicas, como hepatotoxicidade decorrente do uso excessivo de analgésicos, especialmente o paracetamol, um dos fármacos mais consumidos de forma indiscriminada no Brasil (Medeiros; Araújo; Gomez, 2022). Entre estudantes da área da saúde, o uso de analgésicos não opioides também se destaca, revelando que até mesmo indivíduos com maior conhecimento técnico não estão isentos de práticas inseguras (Souza et al., 2024).

Destaca-se ainda que a automedicação, além de favorecer a resistência bacteriana e as intoxicações, compromete o diagnóstico precoce de doenças e aumenta o risco de interações medicamentosas, sobretudo em idosos que fazem uso de múltiplos fármacos (Araújo; Passos, 2023). A soma desses fatores mostra que a automedicação não é apenas um comportamento individual, mas um problema de saúde pública que afeta diferentes grupos sociais, exigindo estratégias de prevenção, orientação profissional e políticas de controle (De Oliveira, 2021).

Crença da automedicação

Um ponto analisado durante esta pesquisa foi o uso de medicamentos associados à influência social e à crença popular de que o uso de remédios conhecidos ou

SIMPAR

Simpósio de Pesquisa, Extensão e Inovação do Paraná

Realização



Núcleo de
Empreendedorismo,
Pesquisa e Extensão
Integrado

Apoio



FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

indicados por familiares e amigos é seguro e eficaz (Teodoro, 2024; Fernandes et al., 2025). Essa percepção tem raízes históricas no uso de plantas medicinais e fitoterápicos como forma de tratamento, prática tradicional que se manteve no imaginário coletivo e evoluiu para o uso moderno de medicamentos industrializados (Calado; Silva; Lima, 2024; Souza et al., 2025). Essa tendência histórica está relacionada ao uso de terapias naturais e remédios caseiros transmitidos entre gerações, o que consolidou a ideia de que o cuidado com a saúde pode ser realizado de forma autônoma, sem acompanhamento profissional (Rezende et al., 2025; Abrahão et al., 2023). Rotta et al. (2023) observam que o uso de terapias naturais está associado a fatores sociais, econômicos e culturais que refletem a busca por alternativas acessíveis ao sistema médico tradicional. Bazoni et al. (2023) contrapõem que, embora as práticas fitoterápicas possam ter benefícios, o uso sem prescrição e sem orientação profissional representa riscos significativos à saúde. Souza et al. (2025) enfatizam que a crença de que produtos naturais são isentos de efeitos adversos é equivocada, pois muitos fitoterápicos possuem potencial tóxico quando mal administrados. Dessa forma, torna-se evidente que a automedicação com plantas e remédios naturais é um reflexo da cultura popular, mas requer maior conscientização e fiscalização para prevenir danos e promover o uso seguro e racional de medicamentos (Fernandes et al., 2025; Oliveira; Pereira; Soares, 2025). Esses elementos favoreceram o desenvolvimento de uma cultura em que o consumo autônomo de medicamentos passou a ser visto como uma forma natural de cuidado com a própria saúde (Rezende et al., 2025; Rotta et al., 2023). De acordo com Fernandes et al. (2025), o processo histórico de popularização dos fármacos e o marketing das indústrias farmacêuticas consolidaram a ideia de que o consumo independente é sinal de autonomia e modernidade, enquanto Souza et al. (2025) acrescentam que a ausência de políticas educativas e de controle sanitário ampliou ainda mais essa percepção entre os brasileiros. A automedicação se intensificou no Brasil devido à desigualdade no acesso aos serviços de saúde e à demora nos atendimentos, fatores que estimulam a população a buscar soluções rápidas dentro de casa ou em farmácias de balcão (Oliveira; Pereira; Soares, 2025; Abrahão et al., 2023). Esse cenário contribuiu para que a prática fosse incorporada ao cotidiano de diferentes grupos sociais, alcançando não apenas a população em geral, mas também estudantes e profissionais da área da saúde, que, mesmo cientes dos riscos, recorrem ao uso não prescrito de medicamentos (Souza et al., 2025; Pons et al., 2023). Conforme Teodoro (2024), a facilidade de acesso a medicamentos, associada à propaganda comercial e à crença na eficácia imediata, reforça o comportamento de automedicação e mascara sintomas que deveriam ser avaliados por profissionais. Além disso, a baixa fiscalização e a ampla disponibilidade de medicamentos e substâncias terapêuticas reforçam esse comportamento, permitindo que o uso sem prescrição se torne parte da rotina de diferentes grupos sociais (Rotta et al., 2023; Fernandes et al., 2025). Estudos apontam que aproximadamente metade dos usuários acredita ser possível utilizar plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos em conjunto com outras terapias, incluindo o uso por gestantes, idosos e crianças, o que demonstra a persistência de concepções equivocadas sobre segurança e dosagem (Calado; Silva; Lima, 2024; Rezende et al., 2025). Essa falta

de informação e de acompanhamento profissional cria um ambiente propício para o desenvolvimento da automedicação moderna, na qual o consumo autônomo de fármacos industrializados é visto como uma extensão do antigo hábito de recorrer a chás e remédios caseiros (Souza et al., 2025; Teodoro, 2024). Dessa forma, a origem da automedicação se entrelaça tanto à tradição popular de autocuidado quanto ao avanço da indústria farmacêutica e da propaganda comercial, que associam o uso de medicamentos ao alívio rápido e ao bem-estar (Bazoni et al., 2023; Abrahão et al., 2023). A falta de conhecimento técnico, aliada à ausência de orientação profissional, aumenta a vulnerabilidade da população a interações medicamentosas e efeitos tóxicos (Fernandes et al., 2025; Rotta et al., 2023). Assim, torna-se essencial promover ações educativas e fortalecer o papel dos profissionais de saúde na orientação sobre o uso racional de medicamentos e produtos fitoterápicos, evitando que o saber popular se converta em práticas prejudiciais à saúde coletiva (Oliveira; Pereira; Soares, 2025; Rezende et al., 2025).

Principais medicações auto utilizadas

O paracetamol é um dos fármacos mais frequentemente consumidos de forma indiscriminada, especialmente por sua ampla disponibilidade sem prescrição médica e por ser indicado no alívio de dores leves, febre e sintomas de infecções (Cecilio et al., 2024). Essa facilidade de acesso, associada à falsa sensação de segurança, faz com que ele esteja entre os principais medicamentos relacionados a casos de intoxicação e hepatotoxicidade (Lacerda; Barbosa; Dourado, 2021). Pode-se observar que o paracetamol é amplamente utilizado na automedicação por estar disponível em diferentes formas farmacêuticas, como cápsulas, comprimidos e soluções orais, o que aumenta seu consumo (Silva et al., 2022).

Um dos fatores que leva ao uso excessivo do paracetamol é o fato de ele ser indicado para sintomas diversos, o que faz com que as pessoas o utilizem incorretamente, baseando-se em experiências prévias de alívio e ignorando os riscos de efeitos colaterais (Caracci; Lins; Portero, 2021). Pereira et al. (2023) ressaltam que, embora o medicamento seja considerado seguro em doses terapêuticas, o uso prolongado ou em quantidades elevadas está associado a sérios danos hepáticos e renais. França et al. (2021) acrescentam que a automedicação com analgésicos de uso comum, como paracetamol e ibuprofeno, é mais prevalente entre jovens adultos, especialmente estudantes universitários, refletindo o acesso fácil e o baixo custo.

Intoxicação medicamentosa

A hepatotoxicidade depende diretamente da dose administrada e atinge grande parte dos indivíduos expostos, possuindo toxicidade previsível, como é o caso do paracetamol (Lacerda; Barbosa; Dourado, 2021). Doenças hepáticas vêm aumentando nos últimos anos em decorrência da automedicação, uma vez que muitos medicamentos são metabolizados no fígado, o que demonstra o quão arriscado é o consumo sem orientação (Silva et al., 2022). Entre os principais fármacos relacionados à hepatotoxicidade, o paracetamol se destaca por causar

níveis elevados de intoxicação e, em alguns países, possuir restrições severas de venda (Caracci; Lins; Portero, 2021).

Além disso, estudos recentes apontam que o paracetamol é responsável por grande parte das intoxicações medicamentosas em diferentes faixas etárias, principalmente devido ao acesso facilitado e à sensação equivocada de segurança transmitida aos usuários (Pereira et al., 2023). A literatura evidencia que o consumo acima das doses terapêuticas pode provocar insuficiência hepática aguda, uma das principais causas de transplante de fígado no mundo (França et al., 2021). Outro ponto relevante é que a automedicação não se restringe ao paracetamol, mas abrange o uso frequente de outros analgésicos, antibióticos e anti-inflamatórios, que também podem provocar sobrecarga hepática e interações medicamentosas perigosas (Medeiros; Araújo; Gomez, 2022).

Tal prática é ainda mais preocupante quando observada entre jovens e adultos que, em busca de alívio rápido, recorrem a medicamentos sem prescrição, ampliando o risco de complicações (Souza et al., 2024). Dessa forma, percebe-se que a hepatotoxicidade decorrente da automedicação é um problema de saúde pública relevante, que exige maior rigor na regulação do acesso a determinados medicamentos e, sobretudo, ações educativas voltadas à conscientização da população sobre o uso racional de fármacos e a prevenção de danos evitáveis (Araújo; Passos, 2023).

Facilidade no acesso – ANVISA

É possível notar que uma das principais motivações é o livre acesso aos medicamentos dentro de casa, muitas vezes presentes em estoques domésticos. Esse fator favorece a prática da automedicação, especialmente porque muitos indivíduos têm facilidade em adquirir fármacos, inclusive os de venda livre (De Oliveira, 2021). Pessoas que possuem esse acesso facilitado acabam optando pela automedicação devido à conveniência e rapidez, evitando enfrentar filas em unidades de saúde, o que contribui para a disseminação da prática e aumenta os riscos de resistência bacteriana (Batista et al., 2021).

Outro aspecto agravante é a existência das chamadas “farmácias caseiras”, onde se acumulam medicamentos de tratamentos anteriores ou adquiridos sem necessidade imediata, facilitando o uso posterior sem prescrição (Alcântara et al., 2020). A facilidade de acesso a fármacos, especialmente os de venda livre, favorece a percepção equivocada de que o consumo sem prescrição seria inofensivo (Mendonça et al., 2022). Essa percepção, aliada à manutenção de estoques domésticos e à dificuldade de acesso rápido a consultas médicas, transforma o uso autônomo de medicamentos em parte do cotidiano da população (Pianca; Silva; Marques, 2023).

Nesse contexto, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) exerce papel fundamental na regulamentação da comercialização, propaganda e dispensação de medicamentos no país (Cecilio et al., 2024). Contudo, apesar dos avanços normativos, ainda existem fragilidades na fiscalização, sobretudo no controle de produtos isentos de prescrição, cuja aquisição permanece amplamente facilitada (Lacerda; Barbosa; Dourado, 2021). França et al. (2021) destacam que, sem

mecanismos de controle efetivos, o uso indevido de fármacos tende a se perpetuar, reforçando desigualdades no acesso e aumentando a sobrecarga do sistema público de saúde. Assim, observa-se que o fenômeno, embora muitas vezes associado ao autocuidado, representa um risco coletivo, evidenciando a necessidade de uma atuação mais rigorosa da Anvisa e de políticas educativas contínuas que incentivem o uso racional de medicamentos e previnam agravos à saúde (Souza et al., 2024).

Impactos a saúde pública

A automedicação tem se mostrado uma prática comum no Brasil, atingindo diferentes grupos sociais, como mulheres, idosos, pessoas com doenças crônicas e estudantes universitários. Embora pareça uma forma rápida de cuidado, o uso de medicamentos sem orientação profissional pode causar sérios riscos, mascarar sintomas e agravar doenças além disso, essa prática contribui para a sobrecarga dos serviços de saúde, que acabam lidando com complicações evitáveis diante disso, torna-se essencial investir em ações educativas e no acesso facilitado aos serviços de saúde, promovendo o uso racional de medicamentos e a conscientização sobre os perigos da automedicação. Rezende et al(2025)

O uso indevido de medicações ultrapassa o âmbito individual e representa um importante desafio para a saúde coletiva, pois seus efeitos repercutem diretamente sobre o sistema público e a qualidade de vida da população, o uso indiscriminado de medicamentos, especialmente antibióticos, contribui para o avanço da resistência bacteriana, dificultando o tratamento de infecções e elevando as taxas de morbimortalidade, além disso, o aumento de reações adversas, intoxicações e internações hospitalares sobrecarrega os serviços de urgência e encarece o atendimento público, a ausência de acompanhamento profissional e o diagnóstico incorreto retardam o tratamento adequado, ampliando o risco de disseminação de doenças e o agravamento de quadros clínicos, dessa forma, o estudo evidencia que a automedicação é também um problema coletivo e epidemiológico, exigindo políticas públicas que fortaleçam a educação em saúde como estratégia para reduzir seus impactos e garantir um cuidado mais seguro e sustentável à população. Silva et al (2025)

Considerando o panorama atual, percebe-se que a prática de consumir medicamentos por conta própria tem se tornado um desafio para a saúde pública, refletindo fatores sociais, culturais e econômicos o hábito de recorrer a remédios sem orientação adequada favorece o surgimento de reações adversas, intoxicações e resistência a tratamentos, além de ocultar doenças que necessitam de avaliação médica, esses comportamentos acabam gerando consequências coletivas, como o aumento de internações e a sobrecarga dos serviços de saúde, diante disso, se há à importância de intensificar ações educativas e políticas voltadas à promoção do cuidado responsável com o uso de fármacos, estimulando a população a buscar orientação profissional e contribuindo para um sistema de saúde mais seguro e eficiente Martins et al (2025)

Papel da enfermagem

A elevada prevalência do uso de medicamentos sem prescrição, sobretudo analgésicos e anti-inflamatórios, reforça a relevância do papel da enfermagem na promoção do uso racional de fármacos (Lacerda; Barbosa; Dourado, 2021). A atuação do enfermeiro deve ir além do cuidado assistencial, abrangendo também ações educativas que orientem a população quanto aos riscos da automedicação e às consequências do consumo inadequado (Silva et al., 2022). De acordo com Caracci; Lins; Portero (2021), o profissional de enfermagem é estratégico na prevenção de práticas inseguras, pois tem contato direto com os pacientes e pode identificar sinais de uso abusivo ou de interações medicamentosas.

Pereira et al. (2023) apontam que a automedicação, quando não supervisionada, aumenta o risco de intoxicações, resistência bacteriana e mascaramento de sintomas clínicos, exigindo uma postura proativa da enfermagem. Já França et al. (2021) enfatizam que o consumo frequente de medicamentos de venda livre, como paracetamol e ibuprofeno, demonstra a urgência de fortalecer a formação acadêmica dos enfermeiros para o uso racional de fármacos. Medeiros; Araújo; Gomez (2022) complementam que é essencial a inclusão de temas sobre farmacovigilância e segurança do paciente nos currículos de enfermagem, de modo que o profissional atue como educador e promotor da saúde coletiva.

Souza et al. (2024) afirmam que grande parte da população utiliza analgésicos, antitérmicos e antibióticos sem prescrição, motivada pelo fácil acesso e pela crença na eficácia imediata. Essa realidade demanda dos enfermeiros uma postura ativa na orientação dos pacientes em diferentes níveis de atenção, desde a atenção básica até os serviços hospitalares (Araújo; Passos, 2023). De Oliveira (2021) destaca que o papel do enfermeiro é essencial não apenas na assistência direta, mas também na mediação de políticas públicas voltadas à educação em saúde.

Dessa forma, a enfermagem assume papel central no enfrentamento da automedicação, tanto por sua proximidade com a comunidade quanto por sua capacidade de promover educação e conscientização sobre o uso racional de medicamentos (Batista et al., 2021). Essa função, aliada à atuação conjunta de outros profissionais de saúde, como farmacêuticos e médicos, constitui estratégia essencial para minimizar os impactos da automedicação sobre a saúde pública e promover práticas terapêuticas mais seguras e responsáveis (Alcântara et al., 2020).

CONCLUSÃO

A análise realizada evidencia que a automedicação é uma prática amplamente difundida na sociedade brasileira e que representa um desafio constante para a Enfermagem e para o sistema público de saúde. A atuação do enfermeiro, como profissional essencial na promoção da saúde e na educação da população, é determinante para o enfrentamento desse comportamento que, embora pareça inofensivo, acarreta graves consequências, como intoxicações, interações medicamentosas e resistência bacteriana. Constatou-se que o fácil acesso aos medicamentos, a falta de informação adequada e a influência cultural são fatores que mantêm a automedicação como uma prática socialmente aceita. Nesse

SIMPAPAR

Simpósio de Pesquisa, Extensão e Inovação do Paraná

Realização



Núcleo de
Empreendedorismo,
Pesquisa e Extensão
Integrado

Apoio



FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

contexto, o enfermeiro assume papel estratégico, pois é muitas vezes o primeiro profissional de saúde a estabelecer contato com o paciente, sendo capaz de identificar sinais de uso inadequado de fármacos e atuar de forma preventiva, educativa e orientadora. A Enfermagem, por meio de suas atribuições éticas e técnicas, deve promover o uso racional de medicamentos, incentivando o diálogo aberto com os usuários e estimulando o autocuidado responsável. A educação em saúde é uma das principais ferramentas de intervenção do enfermeiro, possibilitando que a comunidade compreenda os riscos da automedicação e reconheça a importância da consulta e do acompanhamento profissional. Além disso, é fundamental que a prática assistencial esteja aliada à farmacovigilância, garantindo a segurança do paciente e evitando agravos decorrentes do uso indevido de fármacos. Os resultados da revisão também apontam para a necessidade de que os cursos de Enfermagem ampliem o debate sobre a temática da automedicação, capacitando futuros profissionais para atuar de forma crítica, reflexiva e preventiva. O fortalecimento da atuação do enfermeiro nas Unidades Básicas de Saúde, nas campanhas de conscientização e nas ações comunitárias é imprescindível para reduzir os índices de automedicação e promover o bem-estar coletivo. Conclui-se, portanto, que o combate à automedicação exige uma abordagem interdisciplinar, mas é na Enfermagem que se encontra um dos pilares mais importantes para transformar a realidade desse problema de saúde pública. O enfermeiro, ao unir conhecimento científico, sensibilidade e compromisso ético, torna-se agente transformador, capaz de orientar, prevenir e educar, garantindo o uso seguro e racional de medicamentos e contribuindo para uma sociedade mais consciente e saudável.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por nos conceder força, sabedoria e perseverança para chegar até aqui, iluminando nosso caminho em cada etapa desta jornada. Aos nossos pais e familiares, pelo amor incondicional, incentivo e apoio em todos os momentos, mesmo nos dias mais difíceis. A nossa orientador e professores do curso de Enfermagem, pela paciência, dedicação e por compartilharem seus conhecimentos, contribuindo significativamente para nossa formação acadêmica e humana. Aos colegas de curso e amigos, pelo companheirismo, pelas trocas de experiências e pela motivação constante durante a construção deste trabalho. 15 A todos que, de alguma forma, participaram direta ou indiretamente da realização deste estudo, nossos sinceros agradecimentos. Por fim, agradecemos ao centro universitário integrado, que nos proporcionou aprendizado, oportunidades e crescimento pessoal e profissional, consolidando nossa trajetória na área da saúde e reforçando nossa missão de promover o bem-estar e o cuidado humanizado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário César Rezende. **O papel das revisões de literatura na produção e síntese do conhecimento científico em Psicologia.** *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, v. 14, supl., e23310, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36298/gerais202114e23310>

ALCÂNTARA, C. B. de; FERREIRA, A. C. Z.; CAPISTRANO, F. C.; KALED, M.; VALE, C. C. F.; MAFTUM, M. A. **Conhecimento da pessoa com transtornos mentais sobre o tratamento medicamentoso.** *Revista de Enfermagem da UFSM*, Santa Maria, v. 10, e24, 2020. DOI: 10.5902/2179769238607.

ARAÚJO, B. F. de; PASSOS, M. A. N. **A prevalência e motivação da prática da automedicação na sociedade e o papel da enfermagem.** *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, v. 6, n. 13, p. 315-326, jul./dez. 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8005980.

BATISTA, J.; GARBIN, A.; WAKAYAMA, B.; JUNIOR, O.; GARBIN, C. **Automedicação e saúde pública: dimensionamento dos fatores de risco e comportamentos de saúde.** *Saúde e Pesquisa*, Maringá, v. 14, supl. 1, p. 1-18, 2021. DOI: 10.17765/2176-9206.2021v14Supl.1.e9370.

BATISTA, V. A.; CARVALHO, L. C. C. S.; SIMÕES, M. C. **Automedicação: análise do conhecimento de alunos de um colégio do Rio de Janeiro/RJ.** *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 14, 30 abr. 2024. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/24/14/automedicacao-analise-do-conhecimento-de-alunos-de-um-colegio-do-rio-de-janeirorj>.

CARACCI, M.; LINS, R.; PORTERO, P. **Automedicação para clareamento dental: quais são seus riscos?** *Revista Fluminense de Odontologia*, v. 2, p. 1-10, 2021. DOI: 10.22409/ijosd.v2i58.51156.

CECILIO, S. G. et al. **Impacto da COVID-19 na prática de automedicação em estudantes universitários.** *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 22, e02368235, 2024. DOI: 10.1590/1981-7746-ojs2368.

DE OLIVEIRA, Y. **Automedicação e o risco à saúde: uma revisão de literatura / Self-medication and health risk: a literature review.** *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 225-240, jan./fev. 2021. DOI: 10.34117/bjhrv4n1-020.

FRANÇA, M.; LIMA, W.; OLIVEIRA, T.; SANTOS, J.; FIGUEREDO, C.; SOUSA, M.; GALVÃO, B. H.; COSTA, D. **O uso da fitoterapia e suas implicações / The use of herbal medicine and its implications.** *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, v. 4, n. 5, p. 19 626-19 646, 2021. DOI: 10.34119/bjhrv4n5-094.

LACERDA, M. G. da C.; BARBOSA, A. R. de M.; DOURADO, C. S. de M. E. **Acesso da população a medicamentos durante a pandemia do novo coronavírus.** *Revista Ciência Plural*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. e25630, 2021. DOI:

10.21680/2446-7286.2022v8n1ID25630. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/25630>.

LAISMANN, Nara Amanda; CALADO, Gustavo Pereira; BARBOSA, Ana Paula de Oliveira; LIMA, Rodrigo Fonseca; SANTANA, Rafael Santos.

Mapeamento das evidências de medicamentos isentos de prescrição registrados no Brasil: análise comparativa segundo método Grade. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 143, e8939, out./dez. 2024.

DOI: <https://doi.org/10.1590/2358-289820241438939P>

MARTINS, Layanne de Souza; BATISTA FILHA, Ana Júlia Andrade; LAGO, Heloiza Dias Lopes; SÁ, Stone de. *Os riscos da automedicação com medicamentos isentos de prescrição: um problema de saúde pública*. Revista Foco, v. 18, n. 6, e8587, p. 1–17, 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n6-008.

MEDEIROS, I. M.; ARAÚJO, B. R.; GOMEZ, L. F. B. **A automedicação em estudantes de medicina: uma revisão sistemática**. *Scientia Naturalis*, Rio Branco, v. 4, n. 2, p. 685-695, 2022. DOI: 10.29327/269504.4.2-20.

MENDONÇA, R. C. F.; RIBEIRO FILHO, J.; CALDEIRA, F. I. D.; GASQUE, K. C. S. **Conhecimento popular e automedicação com plantas medicinais em gestantes de um município do Nordeste brasileiro**. *Revista de Saúde Pública do Paraná*, v. 5, n. 3, p. 1-3, 2022. Disponível em:

<http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/685>.

PEREIRA, B.; SILVA, L.; SILVA, L.; JÚNIOR, L.; SANTO, C.; AYRES, F.; CALDEIRA, A. J. **A perspectiva do consumo de plantas medicinais por pacientes idosos em tratamento quimioterápico**. *Semina: Ciências Biológicas e da Saúde*, Londrina, v. 44, n. 2, p. 183-198, 2023. DOI: 10.5433/1679-0367.2023v44n2p183.

PIANCA, C.; SILVA, F.; MARQUES, A. **Estudo sobre a prática da automedicação em paranaenses adultos durante a pandemia da COVID-19**. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, v. 47, 2023. DOI: 10.15343/0104-7809.202347e12992022P.

REZENDE, G. S. et al. Automedicação e seus impactos na saúde pública do Brasil. *Research, Society and Development*, v. 14, n. 7, e48627, 2025. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v14i7.48627>.

SILVA, M. A. S.; LIMA, M. C. L.; DOURADO, C. A. R. O.; ANDRADE, M. S. **Aspects related to health literacy, self-care and compliance with treatment of people living with HIV**. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 56, e20220120, 2022. DOI: 10.1590/1980-220X-REEUSP-2022-0120en. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2022-0120en>.

SILVA, Ana Flávia da; SILVA, José de Paula. **Polifarmácia, automedicação e uso de medicamentos potencialmente inapropriados: causa de intoxicações em idosos.** Revista Médica de Minas Gerais, v. 32, e-32101, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5935/2238-3182.2022e32101>.

SILVA, Gabrielle Rodrigues da; DEUNER, Melissa Cardoso; NASCIMENTO, Gyzelle Pereira Vilhena do; OLIVEIRA, Gregório Otto Bento de. *Impacto da automedicação na saúde pública: educação como meio de promoção ao uso racional de medicamentos.* In: **Ciências da Saúde: Abordagens Interdisciplinares e Inovações Científicas.** Brasília: Editora Científica, 2025. DOI: [10.37885/250419134](https://doi.org/10.37885/250419134)

SOUZA, R. S.; LOPES, R. C.; SOUZA, L. P. S.; GAMA, A. S. M. **Uso de analgésicos não-opioides entre estudantes de enfermagem no Amazonas, Brasil.** *Revista Uruguaya de Enfermería (RUE)*, Montevideu, v. 19, n. 1, 2024. Disponível em: <https://rue.fenf.edu.uy/index.php/rue/article/view/416>

SOUSA, Francisco Matheus Azevedo de; SOUSA, Larissa Maria Dantas de; ARAGÃO, Joyce Mazza Nunes; OLIVEIRA, Eliany Nazaré; ALMEIDA, Paulo César de; BEZERRA, Soleane Mazza Nunes; VASCONCELOS, Maristela Inês Osawa. **Uso de substâncias psicoativas e rendimento acadêmico de universitários da área de saúde.** *Cogitare Enfermagem*, v. 28, e87063, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ce.v28i0.87063>

SOUZA, Caroline Cristina de; PEREIRA, Francieli Silva; SCOGNAMIGLIO, Leticia Monteiro; ALVES JUNIOR, Luciano; MARÇAL, Vivian Daian de Almeida. *Automedicação dentro da comunidade escolar da Escola Técnica Estadual Sylvio de Mattos Carvalho. Trabalho de Conclusão de Curso (Técnico em Enfermagem) – Escola Técnica Estadual Sylvio de Mattos Carvalho, Matão, SP, 2023.*

WARPECHOWSKI, Thainá Paola.

Agravação de psoríase após automedicação por suspeita de COVID-19: desafio terapêutico.

2022. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Residência Médica em Dermatologia) – Hospital do Servidor Público Municipal, São Paulo, 2022.